

Santarém: ponto de encontro das Ordens Militares e território de transição no seu horizonte senhorial (1147-1320)

Paula Pinto Costa¹

Joana Lencart²

Resumo

O território de Santarém, pela sua localização estratégica e pela sua riqueza económica representou, desde cedo, um centro de confluência dos interesses das Ordens Militares. Desde 1147, ano em que D. Afonso Henriques doa o espiritual aos Templários, implantaram-se aí outras Ordens Militares, nomeadamente Avis, Santiago e Hospital. Doações régias e particulares, contratos de empraçamento e litígios sobre dízimos são as fontes privilegiadas para este estudo e que permitem conhecer a dispersão patrimonial destas Ordens. A baliza cronológica encerra em

¹ Professora Associada com Agregação na área da História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Investigadora do CEPESE. Doutorada em História em 1999 com uma tese intitulada “A Ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade” (Militarium Ordinum Analecta, nº 3 / 4. Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2000). Principais áreas de investigação: História Medieval e Ordens Militares, especialmente Ordem do Hospital e do Templo.

² Investigadora do CEPESE. Doutorada em História em 2018 com uma tese intitulada “Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no séc. XVI”. Principais áreas de investigação: História Medieval, Ordens Militares especialmente Ordem de Cristo e do Templo e Paleografia.

1320, ano da elaboração do Catálogo das Igrejas, Mosteiros e Comendas, que fixa os valores de contribuição para a Cruzada, e que regista valores para nove igrejas das Ordens Militares em Santarém, precisamente no ano seguinte ao da criação da Ordem de Cristo. O apuramento dos comendadores de Santarém permitiu aprofundar o estudo da complexidade da história deste território e alcançar interessantes conclusões.

Palavras-Chave: Santarém – Ordens Militares – Património – Comendadores – séculos XII-XVI.

Abstract

The territory of Santarém, due to its strategic location and its economic wealth, represented, from an early stage, a center for confluence of the interests of the Military Orders. Since 1147, when the king Afonso Henriques donated the spiritual to the Templars, other Military Orders were implanted there, namely Avis, Santiago and the Hospitallers. Royal and private donations, land contracts and tithes' litigation are the privileged sources for this study. The chronological beacon closes in 1320, the year of preparation of the Catalog of Churches, Monasteries and Commanderies, which establishes the values of contribution to the Crusade, and which registers values for nine churches of the Military Orders in Santarém, precisely in the year following the creation of the Order of Christ. The qualification of the commanders of this territory allowed to deepen the study of the complexity of the history of this territory and to reach interesting conclusions.

Keywords: Santarém – Military Orders – Heritage – Commanders – 12th-14th centuries.

Enquadramento e instalação

Santarém é uma das terras mais emblemáticas de Portugal, pelo menos, desde 1147, ano em que foi tomada pelas forças cristãs de D. Afonso Henriques aos almorávidas. As Ordens Militares não foram indiferentes à sua localização estratégica e riqueza económica, nem ao seu prestígio, potenciado pelo interesse que a coroa desde sempre lhe votou. Considerando estas circunstâncias, afigura-se do maior interesse científico a identificação das propriedades que as Ordens Militares possuíam na área escalabitana, bem como das pessoas, e em particular dos comendadores, que contribuíram para administrar esse território. O percurso histórico em torno da dinamização desta área pode ser reconstituído graças à documentação régia sobre as Ordens Militares e também graças aos próprios acervos documentais destas instituições. Do ponto de vista metodológico, a partir da seleção dos elementos que comprovam a presença das Ordens Militares em Santarém, estabeleceremos a geografia dos seus interesses locais em articulação com os freires que de algum modo se notabilizaram pela atuação em Santarém. Esta abordagem mais focada na história local não dispensa a sua inserção em lógicas mais abrangentes, uma vez que todas as Ordens Militares presentes em Santarém tinham estruturas organizativas e governativas mais amplas e bastante dependentes da própria administração central do reino.

Já antes de D. Henrique ter recebido o Condado Portucalense, as autoridades governativas do reino de Leão tinham dado carta de foral a certos povoados que mais tarde viriam a ser portugueses. Entre eles conta-se Santarém, a par de outros situados na Beira. O próprio Condado Portucalense prolongava-se, ao longo de uma faixa estreita de terreno, desde o rio Minho até às terras vizinhas da margem norte do rio Tejo³. A consolidação deste território e a sua ampliação exigiram

³ Marques, A. H. Oliveira - A constituição de um condado. In Serrão, Joel E Marques, A.H. de Oliveira (dir.), *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado*

grandes esforços a que a coroa não conseguiria fazer face sem recorrer a compromissos com outras entidades que granjeavam um lugar na prática da guerra e na promoção do povoamento.

Nos anos 40 do século XII, a conjuntura era muito adversa. Em 1144, o vizir de Santarém, pertencente à estrutura de comando do império almorávida, avançou para Norte e atacou o castelo de Soure, confiado aos Templários desde 1128⁴. Tendo em conta este contexto, desde um primeiro momento, a Ordem do Templo foi incorporada na estratégia militar delineada para lograr o domínio sobre o povoado ribatejano alvo da nossa análise. A reorganização conjunta das forças para a retaliação foi crucial. Nesta sequência, em março de 1147, na conquista de Santarém, os Templários começaram a atuar juntamente com o exército do rei. Esta iniciativa guerreira foi determinante para o êxito desta operação ofensiva e para o enraizamento da ideia de que a cooperação militar entre ambos seria uma estratégia a prosseguir no futuro.

Em termos concretos, em função de um voto feito antes da conquista de Santarém e dos excelentes resultados alcançados em março de 1147, o rei concedeu à Ordem do Templo as rendas eclesiásticas aí arrecadadas⁵. O mencionado voto ou promessa constituiu certamente um estímulo fortíssimo ao envolvimento dos freires nessa operação, que, além do mais, seria vista como uma oportunidade de vingar o ataque que tinham sofrido antes em Soure. Porém, a curto prazo, esta doação régia seria muito contestada e alvo

Portugalense a crise do século XIV. Nova História de Portugal. Vol. III (coord. Coelho, Maria Helena Cruz e Homem, Armando Carvalho). Lisboa: Ed. Presença, 1996, Pp. 13-23.

⁴ Barroca, Mário Jorge – História Das Campanhas. In Barata, Manuel Themudo E Teixeira, Nuno Severiano (Dir.) *Nova História Militar De Portugal*, Vol. 1 (Coord. Mattoso, José; Autores Barroca, Mário, Duarte Luís Miguel, E Monteiro, João Gouveia). Círculo De Leitores, 2003, P. 43.

⁵ *Monumenta Henricina*. Vol. 1. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, nº 2, pp. 3-4.

de profundas mudanças. No plano eclesiástico, a organização era ainda muito incipiente e mesmo insuficiente. A cidade de Lisboa só seria conquistada uns meses mais tarde e a respetiva diocese seria restaurada na pessoa de D. Gilberto de Hastings.

Depois de assumir o episcopado, D. Gilberto começou a contestar o usufruto dos direitos eclesiásticos de Santarém por parte da Ordem do Templo. Deste modo, dava-se início a uma discussão longa e muito significativa. Esta contenda culminou em 1159 com a perda destes direitos e implicou compensações do foro civil e eclesiástico. Receberam da mão do bispo a igreja de Santiago de Santarém⁶ e da Santa Sé a confirmação de que abdicavam dos referidos direitos, assumindo a obrigação de pagarem 5 soldos na igreja de Santa Maria da Alcáçova relativos à igreja de Santiago e às que viessem a edificar no termo de Ceras⁷. Este desfecho representou uma perda de importância da Ordem no aglomerado urbano e um prejuízo financeiro. De resto, a inscrição gravada numa pedra colocada na igreja de Santa Maria da Alcáçova, feita para assinalar a fundação da própria igreja, no ano de 1154, pelo Mestre D. Hugo Martónio, de algum modo, é um sinal comemorativo do estatuto e da jurisdição que os freires aí tinham⁸. Com os elementos existentes não é possível calcular o valor material a que montavam estas rendas. No entanto, é seguro admitir que no plano imaterial tivessem um peso bastante significativo. Assim se entende que na procura do encerramento desta longa polémica, e em contrapartida, D. Afonso Henriques, em 1159,

⁶ *Monumenta Henricina*. Vol. 1, nº 3, p. 5-9.

⁷ *Monumenta Henricina*. Vol. 1, nº 6, p. 14.

⁸ Barroca, Mário, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, T. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, P. 248-254. Marques, Maria Alegria, “Aspectos da Vida de Santa Maria da Alcáçova de Santarém na Idade Média”. *Revista Portuguesa De História*. Coimbra, Faculdade De Letras De Coimbra. Vol. 36 (2002/2003), pp. 115-140.

tenha doado aos Templários o castelo de Ceras e o território envolvente, que viria a ter o máximo significado, dado que seria aí que viriam a construir o castelo de Tomar escolhido para sede conventual⁹. Foi uma troca interessante para a Ordem do Templo e que estaria na base da definição do seu horizonte territorial.

Ao mesmo tempo que o bispo de Lisboa discutia o usufruto dos direitos sobre o eclesiástico de Santarém por parte dos Templários, D. Afonso Henriques tomava iniciativas que reforçavam a presença dos freires nessa zona. Tanto quanto é possível saber, em julho de 1157, o rei doou-lhes oito moinhos construídos nos açudes do Touvede do Alviela, em Pernes, e prometia-lhes a posse dos que aí edificassem¹⁰. Esta doação dilatava a área de intervenção dos freires em direção a Norte e favorecia o seu compromisso no plano da consolidação do território. Ou seja, ao exercício jurisdicional sobre as igrejas aliava-se a exploração económica da terra. Ultrapassada a fase da conquista militar, era necessário garantir o povoamento e a construção de estruturas de transformação que estivessem na base da garantia da alimentação de uma população com tendência de crescimento. O foral dado a Ferreira do Zêzere, no ano de 1156, é revelador do esforço que a Ordem fez no sentido de desenvolver a sua autoridade e de promover a rentabilidade que tirava das terras que faziam parte do seu senhorio¹¹.

⁹ *Monumenta Henricina*. Vol. 1, nº 4, p. 10-12.

¹⁰ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. Vol. I. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962, nº 262, p. 325.

¹¹ *Portugaliae Monumenta Historica (PMH). Leges*. Vol. 1. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1858, pp. 385-386.

Consolidação e organização comendatária

A Ordem do Templo começou a expandir o seu domínio para as áreas envolventes, o que deu lugar a frequentes conflitos jurisdicionais. Situadas bem mais a Norte, as igrejas de Ega, Redinha e Pombal estiveram no centro de um dos problemas melhor conhecidos. Ao longo de cerca de 50 anos, a controversa questão foi amplamente debatida, o que deu lugar ao envolvimento de diversas autoridades religiosas e civis. Entre os que foram chamados a intervir neste processo conta-se o arcediogo de Santarém, o que é um sinal do reconhecimento da sua autoridade num raio de ação alargado¹².

Como se pode verificar, as igrejas convertiam-se em objeto de grandes discussões com bastante frequência. Em causa estavam os rendimentos que proporcionavam e a autoridade social que representavam, na medida em que os clérigos que nelas serviam resultavam de nomeações de iniciativa régia ou senhorial.

A igreja de Santiago de Santarém foi a mais controversa de todas. Em boa medida a sua localização estratégica no centro urbano e sob uma das principais vias do aglomerado pode justificar tanta atenção. Tudo remonta à doação que o bispo D. Gilberto fez à Ordem do Templo. Com o consenso de D. Afonso Henriques, o cabido de Lisboa, em fevereiro de 1159, cedeu à Ordem a jurisdição eclesiástica da terra pertencente ao castelo de Ceras, onde se incluía Tomar, bem como a igreja de Santiago de Santarém¹³. Pelo menos, a partir do início do século XIII, instalou-se um grave problema em seu torno. Em junho de 1206, foi proferida uma sentença sobre uma questão que opunha o

¹² Marques, Maria Alegria, “O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das igrejas de Ega, Redinha e Pombal”. In *Jornadas sobre Portugal Medieval*. Leiria, Câmara de Leiria, 1987, pp. 349-366.

¹³ *Monumenta Henricina*. Vol. 1, nº 3, pp. 5-9.

prior da igreja de Santiago de Santarém e os seus beneficiados. O pomo da discórdia era a repartição das rendas¹⁴. O assunto arrastou-se até que, no final do ano de 1261, foi firmado mais um acordo. Desta feita, entre o Mestre D. Afonso Gomes e o capelão de Tomar, tendo em vista a definição do número de beneficiados da polémica igreja¹⁵. A convivência mútua não seria sempre marcada por acesas divergências e, por vezes, a gestão patrimonial impunha consensos. Em março de 1288, o vigário João Martins e os porcionários, a saber, João Peres, Martinho Soeiro, Paio Mogo e Mateus Domingues, doaram a Domingos Eanes umas propriedades em *Lepas*, termo de Santarém, sob determinadas condições¹⁶. Em 1301 voltaram a ser discutidos os direitos da igreja de Santiago. Nessa altura, Fr. Afonso, vigário da igreja e capelão do Mestre D. Vasco Fernandes, solicitou ao bispo de Lisboa, intervenção na apelação que lhe tinha sido remetida pela Santa Sé, no sentido de tomar uma decisão sobre os controversos direitos¹⁷. Os problemas persistiriam, mesmo depois da supressão da Ordem do Templo. Apenas a título de exemplo do ambiente de discórdia que envolvia essa igreja, em agosto de 1363, Afonso Peres, procurador de D. Nuno Rodrigues, Mestre da Ordem de Cristo, solicitou que lhe fosse passada uma declaração do reconhecimento dos direitos da Ordem na igreja de Santiago, perante as ameaças de D. Lourenço, bispo de Lisboa e de outras personalidades, para apresentar ao rei e tentar encerrar o assunto¹⁸.

¹⁴ TT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar (OC/CT)*, liv. 234, 2^a parte, fls. 47-47v..

¹⁵ TT, *OC/CT*, liv. 11, fls. 29-32.

¹⁶ TT, *OC/CT*, Documentos Particulares, m. 1, n^o 28.

¹⁷ TT, *OC/CT*, Documentos Particulares, m. 1, n^o 33.

¹⁸ TT, *OC/CT*, Documentos particulares, m. 3, n^o 29.

Dos séculos XIII e XIV conservaram-se indícios documentais da presença expressiva das igrejas no território de Santarém. A lista das igrejas elaborada no contexto das inquirições régias de 1220 regista a existência de 25 templos nessa área¹⁹. Uma outra fonte documental de valor excecional para esta questão é a lista das igrejas de 1320²⁰. Segundo a mesma, havia aí nessa altura já 47 templos. Este aumento é compreensível face à tendência de crescimento da população nessa área. A informação sobre as nove que, em particular, estavam sob a alçada das Ordens Militares permite-nos conhecer dados com algum interesse.

Tabela 1 - Igrejas das Ordens Militares na área de Santarém, segundo a lista das igrejas de 1320²¹

Ordem	Igreja	Valor	Observações
Ordem de Cristo	Santiago de Santarém	200£	Vigairaria da igreja de Santiago de Santarém, com seus raçoeiros, 270£
	Santa Maria do Zêzere	240£	Comenda da mesma igreja com a pensão para o convento, 930£
	Santa Maria de Casével	250£	Comenda da mesma igreja, 100£
	Santiago, no termo de Santarém	200£	
	Santa Maria de Tomar	5.000£	Com as suas capelas
Ordem de Avis	Alcanede	450£	Comum dos raçoeiros, 70£; comenda não taxada
	Montargil	260£	
Ordem de Santiago	Santa Maria de Alpedriz	100£	Comum dos raçoeiros, 80£; comenda não taxada
	Belmonte		Taxada

¹⁹ TT, *Gaveta 19*, m. 14, n.º 7.

²⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Vol. 4. Porto, Ed. Civilização, 1970, p. 90-144.

²¹ Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Vol. 4, 1970, p. 131-132.

As ilações que daqui se podem retirar são de índole diversa. Antes de mais, a Santarém, estavam associadas outras Ordens Militares para além da do Templo. No quadro da taxaço de todas as igrejas escalabitanas as das Ordens Militares pagavam um valor médio dentro do padrão, embora ligeiramente inferior se não tivermos em linha de conta o montante relativo a Tomar por força da sua excecionalidade. Estas igrejas tinham uma dispersão geográfica considerável. As da Ordem de Cristo iam desde o centro urbano a castelo do Zêzere e a Tomar, sedes de comendas a cerca de 50km a NE da vila, passando por Casével. Distribuía-se, pois, pela margem norte do Tejo no sentido da Beira interior. As da Ordem de Avis localizavam-se em áreas muito distintas. A de Alcanede a cerca de 20km a NW e a de Montargil a 60km a SE. Por sua vez, as de Santiago também tinham uma localização muito diferente. A de Alpedriz a cerca de 60km a NW, em plena Estremadura, e a de Belmonte a 45km a SW. Por fim, a Ordem do Hospital tinha a igreja de S. João de Alporão²², que não consta na citada lista de igrejas, pois estava isenta. O prestígio desta última igreja determinou a sua escolha como lugar de sepultura de D. Afonso, filho de D. Afonso Henriques, grão-mestre do Hospital, em 1207²³. Mais tarde, seria referida como anexa à comenda de Pontével²⁴.

A identificação dos lugares em que as Ordens Militares se implantaram é um bom indicador para perceber o seu papel na estruturação do território. Em Casével, a presença dos Templários foi impulsionada por Mendo Afonso, que, em abril de 1236, lhes doou, na pessoa do comendador Fr. Paio, uma herdade, uma albergaria e uma

²² Costa, Paula Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal*. Porto, CEPESSE/Fund. Eng^o António de Almeida, 2000, p. 130.

²³ Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa*. Vol. II, tomo 1, pp. 634-638.

²⁴ *Corografia Portuguesa*. Vol. III. Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1712, p. 246.

igreja, a par de outros bens²⁵. Precisamente dez anos mais tarde, o Mestre D. Paio Gomes e João Gomes aforaram a herdade de Casével aos seus moradores²⁶. O senhorio Templário na área de Casével foi-se desenvolvendo ao longo do século XIII à custa de benfeitores que entregavam aos freires determinados bens, como Sancha Peres²⁷. Provavelmente, com o objetivo de consolidar o domínio sobre esta zona, em 1268, o Mestre D. Gonçalo Martins fez uma troca de propriedades com o bispo de Lisboa D. Mateus, recebendo aí um casal²⁸. Pela mesma ocasião, negociaram os direitos eclesiásticos exercidos sobre as igrejas de Pinheiro e de Casével²⁹. Ainda nesse mesmo ano, e mais uma vez, os rendimentos proporcionados pelas igrejas voltaram a ser alvo da atenção do bispo de Lisboa, que confirmou a composição sobre as dízimas das igrejas Templárias de Santa Maria e de S. Vicente de Casével³⁰. A acumulação de bens nesta zona continuou como comprova a doação feita, em janeiro de 1274, por Pedro Martins à Ordem do Templo de um casal situado precisamente em Casével, que tinha comprado a Martim Fernandes³¹.

Medidas semelhantes contribuíram para consolidar e rentabilizar o domínio. O comendador Templário Rodrigo Peres, em março de 1239, emprazou a Guilherme de Galach e Estefânia uma vinha em Monte do Trigo, no termo de Santarém³². Em junho de 1255,

²⁵ TT, *Gaveta 7*, m. 10, n.º 37.

²⁶ TT, *Gaveta 7*, m. 13, n.º 9.

²⁷ TT, *Gaveta 7*, m. 3, n.º 29.

²⁸ Costa, Fr. Bernardo da, *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra, Oficina de Pedro Ginioux, 1771, n.º 69, pp. 286-287.

²⁹ Costa, *Historia da Militar Ordem de Christo*, n.º 70, pp. 287-288.

³⁰ TT, *Gaveta 7*, m. 9, n.º 18.

³¹ TT, *Gaveta 7*, m. 14, n.º 7.

³² TT, *OC/CT*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 53v..

o comendador Martinho Peres é o beneficiário de uma sentença dada contra Gonçalo Mendes sobre a metade dos rendimentos que a Ordem tinha na herdade em Monte do Trigo. Em função da decisão judicial, a Ordem tinha metade dos rendimentos e a dízima da herdade localizada no Monte do Trigo³³. No ano seguinte, este mesmo comendador, com consentimento do convento e do Mestre D. Martinho Nunes, aforou a Domingos Durão uns moinhos em Freiria, Rio Maior, no termo de Santarém³⁴. Era um procedimento normal à época e que garantia a rentabilização do património que a instituição ia acumulando graças, sobretudo, à iniciativa particular, como a que ficou registada em relação ao lugar de *Moncão* em 1258³⁵.

Uma das formas de gestão e de rentabilização dos bens imóveis passava pela permuta de alguns, de forma a conseguir uma organização mais racional desses mesmos bens que, às vezes, eram muito dispersos³⁶. O capítulo era o órgão governativo por excelência onde se tomavam as mais importantes decisões. Abordavam-se tanto assuntos relacionados com a comunidade religiosa, como questões decorrentes da administração da propriedade dominial. Deste modo, os comendadores de Santarém inteiravam-se dos mais diversos assuntos e tomavam parte em estratégias de gestão mais abrangentes do que as que se reportavam à área jurisdicional por que eram responsáveis. Assim aconteceu com Martinho Gonçalves, comendador Templário de Santarém, que participou no capítulo que se reuniu na comenda de Castelo Branco no mês de maio de 1267³⁷.

³³ TT, *Gaveta 7*, m. 10, n.º 2.

³⁴ TT, *Gaveta 7*, m.10, n.º 8.

³⁵ TT, *Gaveta 7*, m. 10, n.º 35.

³⁶ TT, *Gaveta 7*, m. 9, n.º 15.

³⁷ *Livro de Bens de D. João de Portel*. Azevedo, Pedro A. de (ed.). Lisboa, Colibri, 2003, n.º XLV.

A gestão dos bens implicava estratégias diversificadas. Os rendimentos associados às igrejas são exemplo disso mesmo. O comendador de Santarém, Fr. Gonçalo Gonçalves, em agosto de 1268, foi envolvido no acordo feito entre as igrejas de Santa Maria e de S. Vicente de Casével sobre as dízimas³⁸. Distintas eram as exigências que decorriam de um contrato estabelecido no ano seguinte sobre a construção e exploração de duas azenhas na ribeira de Alviela³⁹.

Há indícios da presença crescente da Ordem do Templo na terra escalabitana, resultantes de negócios sobre certos bens imóveis. Alguns comprovam o prestígio da zona, colocando em destaque relações sociais de elite. Por exemplo, D. João Peres de Aboim, em fevereiro de 1268, doou ao Mestre Gonçalo Martins uma vinha em Alvisquer, no termo de Santarém⁴⁰, onde os freires já estariam desde 1180⁴¹. Talvez o facto de D. João de Aboim ter ascendido a mordomo de D. Afonso III a partir de 1264⁴² possa justificar a entrega de alguns bens. Sendo senhor da Nóbrega, bem mais a norte, e titular do senhorio de Portel, a sul de Évora, é natural que não tivesse muita disponibilidade para manter uma vinha junto à margem norte do rio Tejo. Passados sete meses, em setembro de 1268, D. Sancha Peres atestou que trazia aforada à Ordem do Templo uma vinha em Alvisquer⁴³, não sendo possível confirmar se se trata, ou não, da mesma vinha que tinha sido doada pelo mordomo régio. Outro alto oficial foi também benfeitor da Ordem do Templo na zona em estudo.

³⁸ TT, *Gaveta 7*, m. 9, n.º 18.

³⁹ TT, *Gaveta 7*, m. 3, n.º 21.

⁴⁰ TT, *Gaveta 7*, m. 12, n.º 14.

⁴¹ Beirante, Maria Ângela – *Santarém medieval*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 39.

⁴² Ventura, Leontina – *D. Afonso III*. Círculo de Leitores, 2006, p. 278.

⁴³ TT, *Gaveta 7*, m. 9, n.º 31.

Em 1301, João Simão, meirinho-mor, doou ao Mestre D. Vasco Fernandes e aos freires da Ordem, uma quinta em Alcoentrinho, termo da vila, sob a obrigação de a Ordem garantir vitaliciamente aos beneméritos o usufruto da granja de Odivelas⁴⁴.

As doações particulares aparecem com alguma facilidade entre o acervo documental que se conserva. Em maio de 1285, D. João Peres, outrora alvazil de Lisboa, doou à Ordem do Templo duas casas situadas na rua dos Mercadores, em Marvila, e uma vinha em Valada, entre outros bens. O facto de as casas se situarem numa artéria onde se concentrava o comércio pode ser visto como um indicador do envolvimento dos freires nesse tipo de atividades. Exatamente na mesma altura, o dinamismo da acumulação do património dos Templários em Santarém pode ser também aferido pela confirmação, por parte de Pedro Aires, tabelião público de Lisboa, de quatro documentos relativos a várias doações que aí receberam⁴⁵.

A empatia que algumas pessoas sentiriam em relação à Ordem do Templo transpareceu das ações encabeçadas por alguns dos seus benfeitores. É o caso de Filipe Guilherme e de Luzia Afonso que, em 1287, lhe doaram terra no lugar de *Moncão*⁴⁶, reforçando aí o senhorio da Ordem. Doze anos mais tarde, em 1299, voltaram a entregar bens aos freires no termo de Santarém⁴⁷. Distinta é a doação feita em 1302 por Urraca Fernandes, viúva de Durão Vasques, em prol de Gonçalo Fernandes, comendador de Almourol, de um casal na Lezíria dos Freires, integrado no termo de Santarém⁴⁸. Esta propriedade, apesar

⁴⁴ Costa, *Historia da Militar Ordem de Christo*, nº 82, p. 300-302.

⁴⁵ TT, *Gaveta 7*, m. 5, nº 4.

⁴⁶ TT, *Gaveta 7*, m. 4, nº 5.

⁴⁷ TT, *Gaveta 7*, m. 3, nº 25.

⁴⁸ TT, *OC/CT*, liv. 234, 2ª parte, fl. 50.

de se encontrar na área de Santarém, passou para a alçada do comendador de Almourol.

As benesses alcançadas por influência régia também tiveram expressão ao nível da constituição da rede de pequenas propriedades avulsas que os freires foram acumulando. Por exemplo, em abril de 1275, D. Afonso III ordenou a Pedro Esteves, seu almoxarife em Santarém, que entregasse ao Mestre do Templo umas casas na vila⁴⁹. Vinte anos mais tarde, o comendador Templário Lourenço Esteves recebeu de D. Martim Gil, aio do Infante D. Afonso, três courelas em Touro⁵⁰. O jogo de influências sociais era complexo e torna-se impossível interpretar a plenitude do seu significado. Por exemplo, Silvestre Peres, cavaleiro escalabitano, em sede de testamento legou à Ordem de Avis em 1295 um herdamento em Vide e uma parte do seu equipamento militar⁵¹, o que constitui uma informação com bastante interesse.

Em 6 de agosto de 1306, quando se aproximava a fase de desmantelamento da Ordem do Templo, D. Dinis fez uma permuta de bens com o Mestre D. Vasco Fernandes. O monarca recebeu a Lezíria dos Freires, em Santarém, o direito de portagem da cidade de Coimbra e o padroado da igreja de Santiago de Trancoso, e deu em troca o padroado das igrejas de Vila de Rei e de Ferreira do Zêzere, equidistantes em relação ao rio Zêzere que se entrepõe entre ambas, e o de Alvaiázere⁵². Menos de um ano depois, em abril de 1307, D. Dinis

⁴⁹ TT, *Gaveta 7*, m. 4, n.º 6.

⁵⁰ TT, *OC/CT*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 61v-62.

⁵¹ Viana, Mário, "Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII". In Vilar, Hermínia Vasconcelos e Barros, Maria Filomena (ed.), *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. Lisboa, Colibri/ CIDHEUS, 2012, pp. 72-73.

⁵² *Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis*. Nogueira, Bernardo de Sá (ed.). Lisboa, FCT, 2003, pp. 162-165.

mandou entregar ao comendador D. Lourenço Martins o dízimo da Lezíria⁵³. Ao nível da área envolvente do Tejo, a perda da terra da Lezíria dos Freires era compensada, no seu conjunto, com um importante reforço da área a Norte de Tomar, o que podia favorecer a articulação com Pombal, importante assentamento dos freires, fruto da proximidade geográfica. Uma vez suprimida a Ordem do Templo e criada a de Cristo, praticamente todas as propriedades seriam revistas e alvo de novas dúvidas. De resto, Francisco Domingues, prior da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, foi um dos homens que tornou públicas, na vila, as bulas de instituição da nova Ordem⁵⁴, gesto sintomático da relevância da urbe para a instituição. De facto, em 1319, a primeira ordenação da recém-criada Ordem de Cristo, bem como a confirmação da titularidade do seu primeiro Mestre, tiveram lugar em Santarém e foram aí mesmo confirmadas pelo rei⁵⁵.

A Ordem do Templo não foi a única instituição deste perfil que se instalou em Santarém. As de Avis, Santiago e Hospital acabaram também por marcar presença nessa zona. A informação sobre a presença destas outras Ordens em Santarém é muito menor do que a evidência que existe em relação aos Templários.

Tabela 2 - Primeira referência documentada aos bens que as Ordens Militares obtiveram em Santarém

Ordem	Data	Local
Templo	1147	Santarém
Templo	1156	Ferreira do Zêzere
Templo	1157	Pernes

⁵³ TT, *Gaveta 7*, m. 10, n.º 20.

⁵⁴ *Monumenta Henricina*. Vol. 1, n.º 69, pp. 131-133.

⁵⁵ Lencart, Joana, “As ordenações inéditas da Ordem de Cristo de 1319 e 1323 – estudo comparativo com as de 1321 e de 1326”. *População e Sociedade*. Porto, CEPESE. n.º 26 (2016), 126.

Ordem	Data	Local
Templo	1159	Ceras / Tomar
Avis	1173	<i>Seserigo</i>
Templo	1180	Alvisquer
Avis	1187	<i>Hortalagoa</i> (Alcanhões); Alcanede; Alpedriz
Santiago	1193	Alcáçova de Santarém
Avis	1202	Coruche; Benavente
Hospital	1207	S. João de Alporão
Avis	1212	Azóia
Avis	1219	Gualdim
Avis	1223	Alvisquer
Hospital	1227	Alvisquer
Hospital	1227	Valada
Avis	1233	Valada
Templo	1236	Casével
Templo	1239	Monte do Trigo
Santiago	1241	<i>Hortalagoa</i> (Alcanhões)
Templo	1256	Freiria, Rio Maior
Templo	1256	<i>Moncão</i>
Hospital	1269	Alpiarça; Ómnia
Templo	1285	Valada
Templo	1301	Alcoentrinho
Templo	1302	Lezíria dos Frades
Templo	1306	Vila de Rei
Templo	1306	Alvaiázere
Santiago	1320	Belmonte
Avis	1320	Montargil

Os dados históricos não são abundantes e indiciam situações pontuais relacionadas com a acumulação de bens, como herdades, vinhas, olivais, moinhos, igrejas, casas e uma albergaria.

Sem dados suficientemente elucidativos, sobre a Ordem do Hospital sabe-se que tinha a igreja de S. João de Alporão, muito provavelmente desde o século XII, à qual atribuía grande relevância. Esta Ordem, na pessoa de João Gonçalves, comendador de Santarém, recebeu de Dominica Rodrigues, em janeiro de 1227, uma vinha em Alvisquer (a 85km a NE da vila), onde os Templários já tinham bens

desde 1180, e uma herdade em Valada (25km a SW)⁵⁶, onde estes últimos freires se implantariam mais tarde, em 1285. Eram propriedades bastante afastadas uma da outra, o que colocaria desafios aos comendadores relacionados com a sua gestão⁵⁷. Em 1260 foi celebrado um acordo entre os Hospitalários e o clérigo da igreja de S. Martinho de Alporão relativo a diferendos sobre dízimas e propriedades. No final desta década, os Hospitalários continuavam a acumular propriedades em Trava (Alpiarça) e em Ómnia⁵⁸. A intensificação da presença destes freires em Santarém justifica que, em 1277, o capítulo da Ordem se reunisse na urbe⁵⁹.

Por sua vez, a primeira referência a bens da Ordem de Avis em Santarém é relativa a pequenas propriedades urbanas e a umas casas em *Seserigo* e data de 1173⁶⁰. Em 1187, D. Sancho I doou-lhe o castelo de Alcanede, a vila de Alpedriz e o longínquo castelo alentejano de Juromenha, caso os freires o conseguissem conquistar⁶¹. Numa bula deste ano, são já mencionadas umas casas na vila e a herdade de *Hortalagoa* (Alcanhões)⁶², confirmada pelo Papa em 1214, bem como os castelos de Alcanede e de Alpedriz⁶³. Porém, em 1241, Avis perderia a posse da herdade de Alcanhões⁶⁴. Ao longo dos sécs. XIII e XIV, o

⁵⁶ TT, *Mosteiro de Chelas*, mc. 11, nº 218.

⁵⁷ Costa, Paula Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII–XIV*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, p. 63.

⁵⁸ Beirante, *Santarém Medieval*, pp. 40-41.

⁵⁹ TT, *Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorporação*, cx. 37, m. 84, nº 3870.

⁶⁰ Beirante, *Santarém Medieval*, p. 39.

⁶¹ *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, nº 17, p. 29.

⁶² Cunha, Maria Cristina de Almeida e, *A Ordem Militar de Avis: das origens a 1329*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1989, p. 57.

⁶³ TT, *Ordem de Avis*, m. 1, nº 3.

⁶⁴ Beirante, *Santarém Medieval*, p. 40. Cunha, Mário, *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1991, pp. 223-224.

património da Ordem de Avis no Ribatejo aumentou bastante. Recebendo doações ou fazendo compras, estes freires implantaram-se em Azóia (1212)⁶⁵, Alvisquer (1223)⁶⁶, Valada (1233)⁶⁷, Gualdim (1219)⁶⁸ e chegaram ao termo de Torres Novas⁶⁹.

Por fim, a primeira referência a bens da Ordem de Santiago em Santarém data de 1193. D. Sancho I doou à Ordem umas casas e uma torre na Alcáçova, uma herdade na Lagoa Negra, uma almuinha na Assacaias, umas vinhas junto à ponte de *Alçoça*, um forno e um moinho⁷⁰. A expressão local do poder da Ordem de Santiago emanaria a partir de 1241 da comenda designada como de *Hortalagoa* (Alcanhões), que até essa altura constituía uma herdade da Ordem de Avis. Bem perto há um outro topónimo, Quinta da Comenda, sintomático da presença dos freires. A fixação da Ordem de Santiago em Alcanhões resultou do desfecho de uma contenda com a Ordem de Avis em torno dos castelos de Coruche e de Benavente, ambos já a Sul do Tejo na área típica dos Espatários, da alcáçova de Évora e da granja de *Cazaraboto* (Caçarabotão ou Sacarabotão)⁷¹.

As propriedades das Ordens Militares na zona de Santarém foram sendo gradualmente acumuladas e os comendadores intervinham de forma direta tanto em assuntos relacionados com o património situado no centro urbano, como no seu termo. Por vezes, a ação destes homens projetava-se para espaços muito distantes. À medida que os bens e a complexidade administrativa se foram

⁶⁵ TT, *Ordem de Avis*, n.º 97.

⁶⁶ TT, *Ordem de Avis*, n.º 146.

⁶⁷ TT, *Ordem de Avis*, n.º 169.

⁶⁸ Beirante, *Santarém Medieval*, p. 39.

⁶⁹ Cunha, *A Ordem Militar de Avis* pp. 128-129.

⁷⁰ Beirante, *Santarém Medieval*, p. 40.

⁷¹ Beirante, *Santarém Medieval*, p. 40. Cunha, *A Ordem Militar de Santiago*, p. 223.

desenvolvendo apareceram outras comendas relativamente próximas, mas com administração autónoma. A sequência da documentação conhecida é pobre, mas a sua interpretação conjunta é clarificadora tanto do papel que estas instituições tiveram ao nível local, como da projeção de Santarém a uma escala mais alargada, dado que os comendadores locais intervinham em assuntos externos. Alguns chegaram a ser comendadores mores ou mesmo Mestres da Ordem do Templo, como Afonso Gomes, Vasco Fernandes e Lourenço Martins. De modo semelhante, o Hospitalário Fernão Pires, depois de ter sido comendador de Santarém e lugar-tenente do Prior⁷², seria um ano mais tarde efetivamente Prior da Ordem⁷³, o que comprova o seu estatuto.

Pela descontinuidade dos dados documentais é impossível saber quanto tempo é que estes homens estiveram associados à comenda de Santarém e acompanhar de perto a sua trajetória. Há, no entanto, alguns percursos que não podemos deixar de assinalar. Os Espinhel, que tinham uma relação privilegiada com os Templários desde o século XII, tiveram dois dos seus familiares, Fr. Lourenço e Fr. Estevão Peres, à frente da comenda de Santarém, respetivamente em 1231⁷⁴ e em 1261⁷⁵. A análise da lista de comendadores de Santarém põe em evidência Fr. Afonso Gomes, um homem de prestígio entre os Templários, e que ocupou notáveis posições na hierarquia da instituição. Foi comendador de Mogadouro e de Pombal nos anos 60 do século XIII, de Tomar e de Santarém já na década seguinte e Mestre nos finais dos anos 80, tendo desempenhado diversas vezes posições de relevo enquanto delegado da autoridade central da Ordem.

⁷² TT, *Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorporação*, cx. 37, m. 84, nº 3870.

⁷³ TT, *Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorporação*, cx. 37, m. 86, nº 3959.

⁷⁴ *PMH. Leges*. Vol. 1, p. 621-622.

⁷⁵ Costa, *Historia da Militar Ordem de Christo*, nº 73, p. 290.

Tabela 3 – Comendadores de Santarém documentados para o século XIII

Ordem	Comendador	Data
Templo	J. Peres	s./d.
Avis	Lourenço Eanes	1223
Hospital	João Gonçalves	1227
Templo	Simão	1230
Templo	Lourenço Espinhel	1231
Templo	Paio	1236
Templo	Rodrigo Peres	1239
Avis	Martinho Mendes	1242
Templo	Martinho Peres	1255-1267
Templo	Estevão Peres Espinhel	1261
Templo	Martinho Gonçalves	1267
Avis	Fernando Lourenço	1268
Templo	Gonçalo Gonçalves	1268-1269
Avis	João Peres	1274
Templo	Afonso Gomes	1274-1288
Hospital	Fernão Pires	1277
Avis	Pedro Ermiges	1280(?)
Avis	Gonçalo Rodrigues	1290
Templo	Vasco Fernandes	1293
Templo	Lourenço Esteves	1295
Avis	Gil Afonso	1296
Avis	Lourenço Fernandes	1299
Templo	Mateus	1300
Hospital	Pedro do Vao	1304
Templo	Lourenço Martins	1306-1309

Alguns dos comendadores acumularam ou rodaram consecutivamente por várias comendas. A de Santarém está associada tanto ao início da carreira de alguns freires, como, em sentido diferente, a uma fase de consagração do percurso de outros. Os fatores que intervêm a este nível eram muitos e não podem ser explorados num trabalho desta dimensão. A título de exemplo, a proximidade geográfica

entre Santarém e Casével pode ter sido a circunstância que explica que Fr. Vasco Fernandes, depois de ter sido comendador de Santarém, tenha assumido essas funções em Casével. Não terá sido uma despromoção, mas sim o reflexo de um imperativo de gestão colocado a uma instituição que tinha poucos recursos humanos e várias propriedades dispersas. Talvez por razões semelhantes, Martinho Peres, em dezembro 1261, acumulava a comenda de Santarém com a de Alenquer. Informações como estas, no seu conjunto, constituem indicadores que ajudam a preencher um quadro de múltiplas incógnitas.

De um ponto de vista geral, a complexidade administrativa acentuou-se de forma significativa a partir do século XIII. Apenas ao sabor das referências esparsas que se podem coligir nos documentos, e sem termo de comparação, todos os indivíduos que participavam do poder exercido pelas Ordens Militares em Santarém espelhavam também interesses sociais, alguns dos quais tinham origem nas suas próprias famílias biológicas, ou até nos ciclos régios.

Conclusão

Em síntese, e ponderados os dados documentais conhecidos, podemos afirmar que todas as Ordens Militares marcaram presença na vila de Santarém, desde o século XII, e que a sequência da sua instalação se iniciou com a do Templo, seguindo-se a de Avis e de Santiago. O momento exato da fixação da do Hospital não é muito claro, podendo ter sido a última a chegar⁷⁶. Aliás, trata-se de uma circunstância singular, dado que é o único espaço em que todas as Ordens se concentram. No conjunto da inserção das Ordens Militares no território escalabitano, a do Templo era a que possuía mais bens e

⁷⁶ Beirante, *Santarém Medieval*, pp. 38-40.

a que conhecia uma dispersão mais acentuada. De um envolvimento militar na conquista do povoado em 1147 resultou o reconhecimento da Ordem do Templo enquanto instituição de religião, com a outorga dos direitos sobre o eclesiástico. Só depois disso é que manifestou aí a sua vocação senhorial de exploração da terra. Depois do assentamento inicial, fruto da iniciativa régia, a presença dos Templários em Santarém ampliou-se graças à generosidade de várias figuras particulares que lhes iam concedendo algumas propriedades. Em termos de representatividade de imóveis, seguia-se a Ordem de Avis e, a uma escala menor, a do Hospital e a de Santiago.

As comendas resultavam da gestão de um conjunto de propriedades muito dispersas que foram sendo gradualmente doadas às Ordens Militares. Algumas delas foram alvo de permutas, tendo em vista uma gestão mais racional. Da observação do domínio ressaltam dois locais, para além do centro urbano, onde se concentram três Ordens Militares. Um deles é Alvisquer, onde a Ordem do Templo marcou presença desde 1180, e onde, entre 1223 e 1227, foram colocadas as de Avis e do Hospital, respetivamente. O outro local de especial concentração é Valada. Tendo começado por receber a Ordem do Hospital, acabaria por acolher a de Avis e, só em terceiro lugar, a do Templo. Para os Templários, que tinham uma boa implantação em Santarém, não seria fácil admitir que duas ordens congéneres pudessem dividir o território de Valada sem que eles próprios aí estivessem.

Terra de passagem frequente e de permanência da corte régia, Santarém tinha para as Ordens Militares uma grande relevância. Provavelmente, mais por uma razão de prestígio e de convivência com alguns círculos de poder, do que apenas pelos rendimentos gerados pelas propriedades que aí possuíam. O prestígio de Santarém, no que toca às Ordens Militares, transparece da autoridade exercida pelos comendadores, projetando-se a sua influência institucional em zonas longínquas da vila. Outro indicador de prestígio é a escolha do

aglomerado urbano para acolher algumas reuniões capitulares, como aconteceu com o Hospital. E outro ainda é o estatuto social de alguns dos seus beneméritos, entre os quais se incluem o rei, altos oficiais e o aio do infante.

A informação histórica de que dispomos suporta um ensaio de reconstituição e de interpretação sobre a fixação e desenvolvimento das Ordens Militares no território escalabitano. Santarém não foi apenas um local em que se concentraram todas as Ordens Militares presentes em Portugal, foi também um território de transição no seu horizonte senhorial. O Tejo marcou um território de fronteira e as Ordens Militares refletem muito bem esta circunstância. Enquanto as que se fixaram sobretudo a Norte e ao longo do vale do Tejo, zonas com especial incidência dos Templários e de permissão dos Hospitalários, conheceram nestas paragens o ponto mais meridional do seu domínio, as de Avis e de Santiago, instaladas sobretudo a Sul, viram aqui a área limítrofe mais setentrional da expressão da sua jurisdição. Esta circunstanciada, aliada ao prestígio de Santarém no quadro da história de Portugal, potenciou o interesse atribuído pelas Ordens Militares a este território.

Fontes

COSTA, Fr. Bernardo da, *Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*. Coimbra, Oficina de Pedro Ginioux, 1771.

Documentos de D. Sancho I: 1174-1211. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.

Documentos Medievais Portugueses. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962.

Livro das Lezírias d'el rei Dom Dinis. NOGUEIRA, Bernardo Sá (ed.). Lisboa, FCT, 2003.

Livro de Bens de D. João de Portel. AZEVEDO, Pedro (ed.). Lisboa, Colibri, 2003.

Monumenta Henricina. Vol. 1. Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

Portugaliae Monumenta Historica. Leges. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1858.

Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. Vol. 4. Porto: Ed. Civilização, 1970.

BARROCA, Mário, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 Vols.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BARROCA, Mário, "História das campanhas". In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1 (coord. MATTOSO, José; Autores BARROCA, Mário Jorge, DUARTE Luís Miguel, e MONTEIRO, João Gouveia). Círculo de Leitores, 2003, pp. 22-68.

BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém medieval*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Corografia Portuguesa. Vol. III. Lisboa, Oficina Real Deslandesiana, 1712.

COSTA, Paula Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Dos finais da Idade Média à Modernidade*. Porto, CEPES/ Fund. Eng^o António de Almeida, 2000.

COSTA, Paula Pinto, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII – XIV*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993.

CUNHA, Maria Cristina, *A Ordem Militar de Avis: das origens a 1329*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1989.

CUNHA, Mário, *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1991.

LENCART, Joana, "As ordenações inéditas da Ordem de Cristo de 1319 e 1323. Estudo comparativo com as de 1321 e de 1326". *População e Sociedade*. Porto, CEPES. Nº 26 (2016), pp. 99-132.